



Processo nº

: 10469.004509/96-11

Recurso nº

: 119.073

Matéria

: IRPJ E OUTROS – Ex. 1991 e 1992

Recorrente

: DRJ - RECIFE/PE

Interessada

: ENGEX – ENGENHARIA E EXECUÇÕES LTDA.

Sessão de

: 13 de maio de 1999

Acórdão nº

: 108-05.727

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - RECURSO DE OFÍCIO -NULIDADE DO LANÇAMENTO - IN/SRF 94/97 - São nulas as notificações que não preencham os requisitos dispostos no artigo 5º da Instrução Normativa SRF 94/97.

Recurso de ofício a que se nega provimento

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pela DRJ em RECIFE/PE.

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS

PRESIDENTE

Vanica. JANIA KOETZ MOREÌRA

RELATORA

FORMALIZADO EM: 1 4 JUN 1999

Participaram ainda do presente julgamento os Conselheiros JOSÉ ANTONIO MINATEL, MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, JOSÉ HENRIQUE LONGO, MARCIA MARIA LORIA MEIRA E LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA. Ausente justificadamente o Conselheiro NELSON LÓSSO FILHO.

Processo no

: 10469.004509/96-11

Acórdão nº : 108-05.727

Recurso n°: 119.073

Recorrente: DRJ - RECIFE/PE

RELATÓRIO e VOTO

Conselheira: TANIA KOETZ MOREIRA, Relatora

Trata-se de recurso de ofício interposto pelo Delegado da Receita Federal de Julgamento em Recife, de decisão assim ementada:

> "NOTIFICAÇÃO - NULIDADE - É nulo o lançamento formalizado em desacordo com o que estabelece o artigo 142 do Código Tributário Nacional (CTN)."

A autoridade julgadora singular aplicou o disposto na Instrução Normativa SRF nº 94/97, em vista dos vícios formais contidos na notificação de lançamento.

Pelo exposto, e tendo o julgador bem aplicado a legislação e as normas de regência, voto no sentido de negar provimento ao Recurso de ofício.

Sala de Sessões - DF, em 13 de maio de 1999

James A. Jung Tania Koetz Moreira